

HISTÓRIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS EM ÁREAS RURAIS: AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (MINAS GERAIS 1899 - 1911)¹

Josemir Almeida Barros²
(UEMG)

Sandra Cristina Fagundes de Lima³
(UFU)

RESUMO

A organização da instrução primária rural em alguns municípios de Minas Gerais pertencentes à primeira e segunda Circunscrições Literárias no período de 1899 a 1911 constituem o objeto de nossa investigação. O principal objetivo foi identificar e analisar a constituição de políticas públicas destinadas ao ensino primário em áreas rurais identificando-as aos processos de desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Para a discussão da referida temática partimos da seguinte indagação: Qual o espaço destinado ao ensino rural nas políticas de organização da escola mineira? As fontes históricas utilizadas abrangeram: Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais produzidas pelas administrações públicas; legislações sobre instrução pública primária; relatórios de inspeção ou fiscalização e termos de visitas de escolas, em específico, daquelas denominadas rurais e distritais. A instrução pública primária rural em Minas Gerais singulariza momentos da educação primária no Estado e permite reflexões sobre outros contextos, como por exemplo, a educação do campo nos dias atuais.

Palavras-Chave: Instrução pública primária rural. Políticas públicas. História das escolas rurais. História da Educação.

HISTORY OF PUBLIC PRIMARY SCHOOLS IN RURAL AREAS: ABSENCE OF PUBLIC POLITICS (MINAS GERAIS 1899 - 1911)

ABSTRACT

The organization of primary education in some rural municipalities of Minas Gerais belonging to the first and second Circuit Literary during 1899-1911 are the subject of our investigation. The main aim was to identify and analyze processes of economic development in Minas Gerais and its influence to the constitution of public politics destined to elementary education in rural areas. We had in mind the question "Which was the role destined to rural education in the organizational politics in the Minas Gerais schools?" The historical resources used in the investigation comprehend messages from Presidents of Minas Gerais State produced by public administration; inspection and surveillance reports and school visit registers, more specifically, to those considered rural or district ones. Public elementary education in rural areas in Minas Gerais represent moments in rural education that allow us to make reflections on other contexts, such as education in the countryside nowadays.

Keywords: Elementary education in rural public schools. Public Politics. History of Rural Schools. History of Education.

I -A situação das escolas públicas primárias rurais de Minas Gerais, em específico as que faziam parte da 1ª e 2ª *Circunscrição Literária*, nos *municípios*⁴ de Sabará, Caeté, Sete Lagoas, Queluz e Juiz de Fora em fins do século XIX e início do XX, relacionam-se com a precariedade das políticas públicas⁵ destinadas à promoção e desenvolvimento da instrução primária no meio rural, que, ao longo do período pesquisado, não recebia recursos financeiros suficientes do *Estado*⁶ para suprir as necessidades apresentadas. Com efeito, Rocha, em estudo sobre representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra, mencionou que até os anos 40 do século XX não foram registradas ações que visassem a implementação da escola no meio rural.

A história informa que até meados dos anos 40, não se observa nenhuma ação concreta em torno da implantação da escola no meio rural. O que se vê é a emergência de um fenômeno que doravante irá marcar os debates sobre a questão. São criadas inúmeras sociedades civis e públicas que, mediante projetos, captam recursos da União e constituem-se como mediadora entre o Estado e a população do meio rural. Essas entidades organizavam missões rurais destinadas à educação higienizadora e alfabetização de adultos, coleta e sistematização de informações sobre cantigas, danças e práticas artesanais consideradas manifestações folclóricas. A intenção de preservar os hábitos e os valores rurais em extinção alimentava a maioria desses movimentos⁷.

Nesse sentido, o projeto político estabelecido para o atendimento do ensino primário nas cidades era diferenciado, muitas vezes menos problemático do que o rural. As escolas urbanas eram priorizadas, em parte pela própria facilidade de fiscalizá-las e de empregá-las como cenário para as propagandas políticas. Nesse aspecto evidenciaram-se as características de uma educação primária que atendia uns em detrimento de outros, falta de investimentos em instrução primária rural e, ainda, a instalação de um projeto político maior endereçado às escolas urbanas, aos sujeitos que habitavam os centros urbanos.

Embora Faria Filho⁸ tenha mencionado que apenas no final dos anos de 1920 apareceram na legislação algumas das características que sugerissem a existência de políticas públicas⁹ para a educação, entendemos que a ideia de estabelecer direitos ou princípios que assegurassem o direito do ensino aos sujeitos é anterior ao período. Um dos exemplos de tal assertiva foi a criação do próprio grupo escolar em Minas Gerais no ano de 1906, como exposto por Araújo:

Em vista das limitadas realizações no campo escolar durante o período imperial, os ideais e a propaganda republicanos se punham como organizadores daquele, porém cabia a estes explicitar princípios, diretrizes, metas, bem como operacionalizar decisões efetivas quanto à implementação de uma política educacional que respondesse aos anseios republicanos. É nesse sentido que os grupos escolares podem ser compreendidos como compartilhantes das políticas públicas de então, posto que expressem o sentido republicano buscado.¹⁰

Pensamos que além da constituição dos grupos escolares havia também a ideia de uma política de assistência que circulava no Brasil desde o início do século XX, conforme enfatiza Rizzini:

A concepção de uma política de '*assistência ao menor*' vinha sendo discutida no país desde o início do século, em meio a uma complicada

conjuntura política, na qual estava em questão o destino do país. Era um Brasil convulsionado por interesses que não se coadunavam, entre a tradicional estrutura agrária de poder e a ascensão de novos grupos, embalados por ideais republicanos de construção nacional. A despeito dos discursos inovadores, este país, visto como ainda por fazer, não encontraria fórmulas verdadeiramente novas na gestão do poder. A arena política, dominada por uma elite letrada, de formação predominantemente jurídica, tinha diante de si uma opção paradoxal a fazer: educar o povo, porém garantindo seus privilégios de elite. Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle.¹¹

Do contexto da política Federal para a Estadual, a manutenção dos postos de poder pelas elites dirigentes eram algumas das preocupações incluídas no projeto de civilizar, de educar. Era preciso manter o controle dos sujeitos e ao mesmo tempo capacitá-los para o trabalho. Nesse ponto, a educação das crianças do meio rural deveria ser dosada ou mínima para assegurar a “domesticação”, garantindo o uso de sua força de trabalho. Na prática, a infância era dicotomizada e a educação um paradoxo. Não por acaso, a aquisição de conhecimentos foi historicamente restrita a minorias. O estabelecimento de política pública para a educação foi de fato parte de uma totalidade em que se articularam elites agrárias e o Estado.

Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói com seu projeto e que se realiza por meio de ações do Estado.¹²

Nesse sentido, pode-se constatar a existência de uma política de educação para o atendimento das populações das cidades; esse foi sem dúvida um componente do projeto elitista de priorizar seus próprios interesses. Essa proposta foi condizente com o estabelecimento de princípios higienistas, isso é, cabia à escola a construção de uma ordem civilizada, segundo o projeto dos homens das ciências médicas no Brasil no século XIX.

Homens cujos olhos e ouvidos voltados para um mundo considerado civilizado recusavam-se a aceitar a vida e parte das condições do país em que viviam e no qual muitos deles haviam nascido e se formando. Homens que irmanados pelo cimento de uma razão ilustrada construíram uma sociedade científica, facultades, fundaram e dirigiram periódicos [...] discorreram sobre o quartel, sobre as febres e a nosografia tropical, tematizaram a loucura e o destino dos cadáveres bem como as práticas de infanticídio, o tabagismo, o alcoolismo, a poluição, as águas, os ares, a topografia, o clima, a geografia, a química, a fisiologia e a higiene; dentre outros [...]. Homens que autorizados pela racionalidade que lhes dava suporte, procuraram transformar a sociedade em um corpo a ser, também, objeto do olhar e da aventura da razão médica. Nesse afã, dispuseram a escola sob o manto da Medicina, melhor dizendo, sob o manto da Higiene.¹³

Sob a influência dos higienistas cabia estabelecer prioridades para uma sociedade que dependia das ações políticas para ser alfabetizada. Oposto aos investimentos para as escolas primárias rurais, alicerçadas em uma demanda diferente, os governantes priorizaram a destinação de verbas para o modelo urbano e racional de organização

escolar. Nesse viés os grupos escolares se destacaram com uma ação política a eles endereçada. As escolas rurais ficavam à margem.

II - Esse lugar marginal em que se situavam as escolas rurais dificultou os trabalhos dos professores e demais agentes do ensino em Minas Gerais, posto que os governantes se eximiram de suas responsabilidades sociais. Bezzera Neto¹⁴ constatou que discursivamente havia a ideia de os governantes fixarem os professores no meio rural, no entanto, a ausência de política pública para o meio rural tornava inviável essas ações. A carência de recursos dessas escolas, onde os livros eram escassos e o mobiliário reduzido, embora mencionada nos diversos relatórios de inspeção, conforme esse transcrito a seguir, não encontrava ecos no projeto de educação estabelecido pelas autoridades públicas.

A aula funciona em casa alugada pelo professor; é terrea, rebocada, sem forro; - a sala é constituída por duas salinhas contíguas ligadas por uma porta, com porta de entrada e 2 janellas que recebem ar e luz da parte do sul. Mobiliatres bancos, uma mesa, um tamborete, uma mesinha e mais um banco tosco. Livros fornecidos pelo governo, nenhum. Os poucos existentes pertencem aos alunos.¹⁵

Nos relatórios pesquisados, vimos que o professor e suas ações em sala de aula ganhavam destaque no contexto de ausência do Estado, uma vez que seria ele o sujeito responsável pelo bom andamento das atividades. Por outro lado, com escassos recursos e praticamente contando apenas consigo mesmo, tudo o que realizava ainda era pouco para atender as muitas atribuições que lhe imputavam alguns inspetores. Além disso, a família, segundo o relato do inspetor Domiciano Rodrigues Vieira, deveria também concorrer para cooperar na instrução rural por meio da boa vontade e interesse para encaminhar seus filhos à escola, conforme registra ao inspecionar a sala de aula que funcionava em área rural em Sabará, cujo professor Baltazar Cardoso Sodré era moço, habilitado e ensinava regularmente.

Cadeira rural, masculina, visitada a 1 ½ da tarde de 1º de Maio. Professor effectivo, não normalista, mas moço bem habilitado e que ensina regularmente, o Sr. Baltazar Cardoso Sodré. Prestou exames perante a Escola Normal de Sabará. E' estimado no povoado de casebres disseminados pela beira dos corregos, pelos campos visinhos. Alguns alumnos moram perto da escola, outros moram longe e vi que alguns que moram longe são asiduos, mesmo com sacrificio. Tudo depende das familias; quando ha boa vontade e interesse de aprender não há difficuldades para si ir a escola.¹⁶

É possível observarmos que nesse relatório datado de 1899, pouco ou quase nada foi mencionado no que se refere às responsabilidades dos governantes relacionadas às condições nas quais se encontravam a sala de aula e os demais meios necessários ao ensino. Atribuir a viabilidade das aulas de instrução primária rural ao professor e à responsabilidade das famílias constituiu-se a forma mais eficaz de se esquivar da realidade de precarização da educação pública primária em nome de um projeto político com parco atendimento às escolas rurais.

O próprio relatório, anteriormente citado, descreveu que o governo não forneceu nenhum livro para a escola e que os poucos livros existentes pertenciam aos próprios

alunos. A insuficiência de materiais didáticos, a precariedade da mobília e as más condições da estrutura física da sala de aula no meio rural demonstraram a ausência de propostas políticas de fomento à escola rural e, por conseguinte, de reconhecimento do meio rural como lugar capaz de promover a universalização do ensino público.

Em termos práticos, a escola pública primária rural era a que apresentava maior precariedade no mobiliário, nos materiais didáticos e na infraestrutura; não obstante, os discursos das autoridades enfatizavam o espaço destinado ao ensino primário em uma perspectiva mais ampliada, sem destacar o rural. Assim, as autoridades públicas em seus pronunciamentos oficiais consideravam a necessidade de investimentos em educação de forma geral. Na Mensagem pronunciada ao Congresso Mineiro em 1904, pelo Presidente Francisco Antônio de Salles, contatamos esse fato.

O ensino publico primario é o serviço que, na actualidade, mais atenção merece dos altos poderes do Estado, pelo influxo directo que exerce na formação da sociedade.

Reportando-me ás informações que vos ministrei na minha primeira Mensagem sobre as condições pouco satisfatorias do ensino primario entre nós, seja-me permittido insistir sobre a necessidade de sua reforma nos moldes aconselhados.

São elementos essenciaes de uma boa reforma do ensino a constituição de um bom professorado, fiscalização real da escola, o fortalecimento de predios que reunam as necessarias condições de hygiene, o mobiliario escolar conveniente, e a obrigatoriedade do ensino.¹⁷

Nesse discurso proferido por Francisco Salles (1904) percebemos a defesa de uma educação que contemplasse algumas necessidades, tais como: a melhor adequação do ensino, a formação do professorado, as melhores condições de infraestrutura, a existência de mobiliário adequado e até mesmo a fiscalização das escolas. Enfatizamos no referido discurso a menção aos “*altos poderes do Estado*”, ou seja, entendemos que o próprio Presidente Francisco Salles se colocava como um dos responsáveis pelo ensino público primário no Estado de Minas Gerais. Na Mensagem, Salles ressaltou a necessidade de mais investimentos em educação. Nesse caso não houve distinção entre a rural, a distrital e a urbana.

No pronunciamento oficial notou-se ainda uma espécie de diagnóstico da instrução pública primária em Minas Gerais (o que ressaltava as intervenções do próprio Estado), segundo o qual o ensino primário merecia atenção específica tendo em vista a precariedade generalizada na qual se encontravam as escolas.

Reformar a escola pública primária era uma das facetas dos discursos oficiais, segundo a qual, aparentemente, não havia distinção do local geográfico em que as escolas estavam sediadas. Mas em termos práticos, as escolas rurais e distritais possuíam poucos recursos para viabilizar suas atividades. Isso indica serem essas reformas necessárias, senão a todas, pelo menos à maioria das escolas rurais mineiras.

Em outro trecho da Mensagem enviada ao Congresso Mineiro em 1904, Francisco Salles acenou que as escolas singulares deveriam seguir um programa mais simples. Já os grupos escolares deveriam ter uma organização especial priorizando o caráter profissional instruindo o aluno para as atividades de um ofício digno. Ao mesmo tempo, abordou ser preciso um programa de ensino mais simples para as cadeiras dos distritos e mais complexo para as cadeiras urbanas. As diferenças das propostas de programas de ensino talvez pudessem ter servido aos governos para investirem de forma também distinta nessas

áreas, assim as escolas ou cadeiras rurais e distritais carregariam menor importância em termos de investimentos financeiros.

O ensino deve ser ministrado gradativamente, começando na escola singular com programma simples, passando depois para um programma mais completo, acompanhando o desenvolvimento do alumno. É aconselhável em seguida uma organização especial em grupos, onde o ensino deve ter feição prática e de utilidade real, não lhe faltando nunca o caráter profissional, preparando o alumno para a prática de um officio ou profissão honesta.

A uniformização do ensino para os grandes centros de maior actividade e cultura intellectual, como para os pequenos nucleos de população sem o mesmo cultivo, não é acertada. O que parece ser mais proveitoso é a organização de um programma gradual, mais simples para as cadeiras dos districtos e mais completo para as urbanas.¹⁸

A ideia de organizar o programa mais simples para as cadeiras dos distritos e mais completo para as urbanas estabeleceu forte distinção pejorativa, constituindo outro indício da desconsideração recorrente dos governantes com relação ao ensino rural e da falta de importância que lhe destinavam. Nos relatórios emitidos pelos inspetores percebemos que muitas salas de aula nem mesmo recebiam os programas de ensino, logo não tinham condições de cumpri-los. A precariedade das salas de aula também impedia o cumprimento dos programas de ensino, como assinalou o relatório de inspeção técnica do inspetor Francisco Lopes de Azeredo no ano de 1908, em Queluz.

Visitei hoje a escola mixta deste districto, regida pela distincta normalista D. Adelina Caetana de Mello, encontrando presente ás licções do dia *quarenta e tresalumnos dos cincoenta e tres matriculados*, este anno.

A boa ordem, o respeito e aproveitamento dos alumnos, a dedicação, o esforço e a competencia da digna cathedra causam-me agradável impressão. Lamentando, porém, que as acanhadas dimensões da sala em que funciona este estabelecimento, não permitem a distribuição do ensino de perfeito accordo com o actual programma a que se refere o dec. 1947, de 30 de setembro de 1906.

Itavera, 27 de junho de 1908.

Francisco Lopes de Azeredo – Inspector Technico

Adelina Caetana de Mello¹⁹

A escola mista do distrito de Queluz apesar de apresentar boa ordem e aproveitamento dos alunos, além de dedicação da professora Adelina Caetana de Mello, não permitiu a distribuição do programa de ensino de acordo com o Decreto 1.947, de 30 de setembro de 1906²⁰. Esse decreto tratou da organização do ensino apresentando orientações para as disciplinas de: *Escrepta, Leitura, Lingua Pátria, Arithmetica, Geographia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e desenho, História Natural, Physica e Hygiene, Exercícios Physicos e Trabalhos Manuaes*. As legislações eram constantemente citadas pelos inspetores como forma de assegurar o funcionamento das salas de aula.

III- Se de fato no início do período republicano a atenção do Estado se fazia importante inclusive para atender as necessidades básicas da educação, não detectamos, nos documentos analisados, contudo, a presença de políticas públicas destinadas para as áreas rurais condizentes às realidades ali existentes. Igualmente não encontramos críticas

mais enfáticas sobre essa ausência de propostas políticas, ou seja, reivindicações mais acentuadas por políticas públicas para as escolas rurais e distritais.

A instrução pública segundo o Presidente João Pinheiro era essencial para o regime republicano. A reforma do ensino promovida por esse Presidente seria cuidadosa e possibilitaria praticamente duplicar o número de estudantes na época.

Neste importante ramo de serviço publico, cujo desenvolvimento é essencial ao regimen republicano, tem tido o governo maximo cuidado, mormente em relação á matricula escolar, que, com a actual reforma, chegou quase a duplicar, como já o mostrei com o cotejo dos respectivos algarismos.

Estão funcionando regularmente 22 grupos escolares em que se acham matriculados 10.090 alumnos.

Brevemente este numero estará consideravelmente augmentado, achando-se, para tal fim, em preparo, muitos predios, que, sem muita demora, terão a necessidade adaptação, e provindos principalmente de doação de particulares e das municipalidades.

A fiscalização technica do ensino tem sido feita com toda regularidade.

E, apesar da duplicação da matricula, da criação dos grupos e da remuneração dos inspectores, a despesa apenas se elevou a 25 %. Cumpre, entretanto, assignalar que, das 800 mil creanças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino.

Habituar as creanças das escolas do campo desde os verdes annos, a se familiarizarem com os modernos machinismos agricolas, como se está fazendo; retirar-lhe dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão, a enxada e a fouce, que lembram, com esse aviltamento, a razão da pobreza dos homens livres de agora; fazel-as comprehender que estes novos machinismos lhes garantam a bella independencia dos que do seio da terra, com o minimo esforço alliado á maior intelligencia, retiram a propria subsistencia – é, certamente, ter prestado á grande massa do povo incalculavel beneficio [...].

As municipalidades continuam, em regra, a auxiliar a diffusão do ensino primário, já elevado a porcentagem da verba orçamentaria, destinada a este serviço, já offerecendo predios para o funcionamento das escolas.²¹

A reforma do ensino ocorrida em 1906 foi importante, e em termos de políticas públicas contribuiu para a elevação do número de ingressantes nos nascentes grupos escolares. Nos 22 grupos escolares, segundo a Mensagem, havia em torno de 10.090 alunos. Outro ponto mencionado foi o aumento do número de prédios destinados para o ensino, isso desde que seu custeio viesse de doação de particulares e das municipalidades. O desafio colocado foi a própria obrigação do Estado em subsidiar o ensino público primário, pois nos parece que constantemente as autoridades públicas escapavam de suas atribuições em termos financeiros. Nessa perspectiva, a instrução pública fora dos circuitos urbanos não era tratada na perspectiva de políticas públicas.

Atentamos para a condição na qual o Presidente citou a duplicação do número de alunos nos grupos escolares e a elevação das despesas de tais ações em apenas 25%. É verdade que o fechamento de escolas isoladas contribuiu para desonerar financeiramente o Estado. Por outro lado, notamos que os grupos escolares ao ficarem sediados apenas nas cidades não permitiram a participação daqueles sujeitos que habitavam as áreas rurais e distritais, excluindo grande massa da população dos bancos escolares. Isso ocorria por diversos fatores, entre eles aqueles relacionados às distâncias entre suas residências e as difíceis condições de acesso às escolas.

Inferimos que a ausência de políticas públicas adequadas e direcionadas para as escolas públicas primárias rurais não foi um reflexo do desconhecimento das autoridades públicas. Muitos desafios ou problemas enfrentados por professores, alunos e demais agentes da escola eram conhecidos pelos administradores públicos. Prova disso foram as Mensagens dirigidas ao Congresso Mineiro clamando melhorias para a educação. Uma das explicações sobre os poucos recursos financeiros para as escolas rurais e distritais vinculavam-se aos anseios das elites agrárias pela exploração do trabalho e acumulação capital.

[...] não é por desconhecimento da realidade que as políticas sociais são precárias, mas porque os recursos públicos dirigidos ao trabalho e à sua reprodução são evidentemente limitados numa sociedade que se caracteriza pela exploração do trabalho pelo capital.²²

A instrução pública primária rural e distrital em termos de políticas públicas foi negligenciada pelo Estado, não por acaso. Um dos fatores para essa negligência foi o estabelecimento de políticas compensatórias com objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade do meio rural, em consonância com os objetivos do capitalismo.

Nesse sentido, a história da educação brasileira, na perspectiva de políticas públicas para o meio rural, evidencia o quanto essa educação foi negligenciada pelo Estado. Uma retrospectiva histórica nos indica que, embora a sociedade brasileira até o início do século XX fosse predominantemente agrária, os textos constitucionais de 1825 e 1891 sequer mencionaram a educação rural, evidenciando o descaso dos dirigentes e das matrizes políticas e culturais centradas nas idéias educacionais européias. Assim, a escola no meio rural surge tardia e descontinuamente. No decorrer do século XX, quando considerada pelo poder público, o era de forma periférica, com políticas compensatórias, com objetivos de conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. Aliás, a educação rural no processo de formação econômica e social brasileiro esteve fortemente articulada ao projeto de modernização conservadora, visando à subordinação do campo ao processo de urbanização-industrialização; à regulamentação das relações sociais de produção no campo aos moldes do capitalismo; à homogeneização econômica do território nacional e à adaptação da população aos preceitos da cultura moderna.²³

No início do século XX, muitas ações administrativas dos Presidentes de Minas Gerais na instrução pública primária rural eram compensatórias. Longe de afirmarem os direitos dos rurícolas, fundamentavam-se no projeto de modernização: “A educação rural institucionalizada tornou-se um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora”.²⁴As políticas públicas voltavam-se à defesa da continuidade da renda dos proprietários agrários e aliavam-se aos interesses capitalistas direcionados para a exportação perante a crescente desvalorização dos produtos internos no Brasil da época, eminentemente rural.

Uma vez assentado todo o edifício econômico e administrativo republicano sobre essa tênue contradição, o quadro global da vida econômica, política e social do período, seria obviamente marcado por

um equilíbrio instável, ao sabor das oscilações na cotação internacional dos principais produtos primários exportadores e das políticas públicas voltadas à defesa da renda dos maiores proprietários, ainda que às expensas do endividamento externo do país e das constantes desvalorizações do mil-réis.²⁵

Mendonça refere-se ao circuito de produção, financiamento, comercialização, acumulação de capital. A política cambial no início do período republicano oscilava segundo os interesses em jogo, ora a valorização do capital se dava na esfera da produção agrícola, ora pelo grupo que havia urbanizado seus investimentos. Tensões políticas consideráveis acirravam as elites. O aparato estatal sob o controle da burguesia não viabilizava políticas públicas para as escolas públicas primárias do meio rural. Mesmo com a ideia de difusão da instrução pública primária encontrada nas Mensagens dos Presidentes de Minas Gerais, pouco se fez para aquela escola.

O relatório apresentado pelo inspetor técnico Napoleão Alves Pereira em Raposos, município de Sabará, referente à escola mista de Dona Maria José Augusta dos Santos, informa sobre a precariedade do ensino naquela localidade. O inspetor descreveu que a escola precisava de um certo impulso. Depreendemos que esse impulso nada mais seria do que a institucionalização de políticas necessárias para suprir a sala de aula de mobiliário, materiais escolares, começando pelo quadro negro que inexistia.

Relatório apresentado ao Exmo. Inr. Dr. Secretario do Interior pelo InspectorTechnico da 1ª circumscripção litteraria, no fim da 1ª quinzena do mez de março do corrente anno.

A escola mixta, redigida pela normalista d. Maria José Augusta dos Santos, precisa de um certo impulso benefico, de maneira a despertar o entusiasmo pelo ensino, não só quanto a docente, de algum modo pouco confiante no apoio que possa ter do povo no que concerne á educação da infancia, como por parte deste, remisso, na sua opinião, em cumprir o sagrado dever de, não afastando as creanças durante os trabalhos da lavoura, concorrer para o sustentaculo da instituição.

Dos 42 alumnos que tem matriculados frequentam a escola: em janeiro 26; em fevereiro não houve frequencia legal, visto ter a docente dado 13 falhas por encommodo de saude, com licença do inspectordistrictal, conforme affirmação sua. No dia da visita responderam á chamada 21. O mobiliario, mal orientado attenta a hygiene dos órgãos visuais das creanças, é tosco, insufficiente, faltando-lhe material escolar, a começar do quadro negro, essencial para o bem desempenho do programma de ensino.

Exmo. Inr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto. D.D. Secretario dos Negocios do Interior.

Raposos, 15 de março de 1908.

Arthur Napoleão Alvea Pereira – InspetorTechnico.²⁶

A falta de mecanismos políticos de auxílio à educação pública primária em áreas rurais poderia ser decorrente da possível elevação dos encargos financeiros do Estado, mas nos parece que os encargos financeiros eram reflexos do projeto político de reorganização do ensino que enfatizava o urbano. Desse modo, as políticas públicas necessárias corresponderiam a investimentos e despesas em pessoal, materiais pedagógicos, mobiliário, entre outros recursos destinados ao meio rural. Inferimos então que o Estado se preocupava necessariamente com a existência da relação social de exploração em sua

forma clássica de acumulação de riquezas no meio rural, interessando manter a situação como estava. Assim os recursos muitas vezes toscos e insuficientes encontrados nas salas de aula no meio rural, a ausência dos programas de ensino, entre outros fatores, refletiam diretamente na inexistência de um projeto político necessário para o funcionamento adequado destinado ao ensino público primário rural.

A instrução pública primária discursivamente, conforme aparecia nas Mensagens dos Presidentes, seria uma alternativa para tirar Minas Gerais do possível atraso em comparação com outros Estados, tais como: São Paulo e Rio de Janeiro. A proposta de instrução permitiria o ingresso de Minas no mundo moderno, um mundo civilizado. Pregava-se o ensino público primário para todos e uma uniformidade, contudo, não só o Estado seria responsável pela instrução. A existência de salas de aula particulares era permitida desde que se submetessem aos processos de fiscalização estatal, constituindo importante estratégia para desonerar o Estado.

Vimos que a Lei 281, de 16 de setembro de 1899²⁷ fixou a educação para todos. No artigo primeiro apontava que o ensino primário ministrado pelo Estado era gratuito e obrigatório. A educação a partir dessa ideia compôs os novos preceitos da pedagogia moderna. Essa medida correspondeu ao discurso da política de educação e ao surgimento de novos problemas de caráter legislativo, econômico e financeiro.

Uma das novas facetas da pedagogia corresponde ao discurso denominado de 'política de educação'. [...] a educação irá gerar novos problemas políticos, de modo que cada país e suas respectivas atividades educacionais precisam de formas específicas para se adequar, modificar, adaptar aos princípios fundamentais da pedagogia moderna aos problemas muito específicos: de caráter legislativo, econômico e financeiro, etc.²⁸

Adequar, modificar ou adaptar a escola pública primária rural em Minas Gerais frente a pedagogia moderna correspondeu também à reestruturação da precária situação em que as escolas se encontravam.

IV - Nossas análises evidenciaram que as representações de precariedade da instrução pública primária rural foram construídas por meio de discursos, atitudes e condutas de diversos agentes e rearticuladas ao longo do período pesquisado pelas elites e administradores de Minas Gerais de acordo com seus desígnios. Na perspectiva histórica, esse Estado elaborou e sustentou políticas educacionais coerentes com o contexto econômico e político que lhe preocupavam. A significativa legislação para regular o ensino: leis, decretos, pareceres, resoluções entre outros surgiu marcada por contradições e limites. Esse modelo e projeto de escola visou intensificar a produção do sistema capitalista, gerar braços para o trabalho no meio rural e assegurar a continuidade do poder político e econômico das elites dirigentes.

As escolas públicas primárias rurais sobreviviam em situação de penúria sem a devida ou merecida atenção por parte das autoridades públicas. Em alguns relatórios de inspeção técnica encontramos indicativos da urgência relacionada à infraestrutura e demais condições das escolas/salas do ensino público rural.

Ao refletirmos sobre a emergência de políticas públicas para as escolas públicas primárias rurais, vimos que para essas escolas não havia uma política pública o que dificultava o pleno desenvolvimento das aulas. Frente a essas dificuldades diversos Presidentes de Minas Gerais se eximiram de suas responsabilidades na condição de estadistas e responsáveis pelo ensino rural. Muito embora as dificuldades das escolas

públicas rurais tenham sido mencionadas nos relatórios de inspeção, suas realidades não encontravam ressonâncias nos projetos de educação estabelecidos pelas elites dirigentes. Nos discursos de Presidentes de Minas direcionados ao Congresso, a ênfase era para o ensino público primário em uma perspectiva mais ampliada. Assim, as autoridades públicas nos pronunciamentos oficiais consideravam a necessidade de investimentos em educação, mas reformar a escola pública primária era uma das facetas da organização do ensino que não atingiu as escolas do meio rural de forma satisfatória, ou seja, ver, analisar e compreender a “*organização do ensino rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899 – 1911)*”²⁹ foi parte das atividades investigativas necessárias para a melhor compreensão da “*história das escolas públicas primárias em áreas rurais: ausência de políticas públicas*”.

Referências

- BARROS, Josemir Almeida. *Organização do ensino rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899 – 1911)*. 349 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). *O município e a educação: Minas Gerais na Primeira República*. Campinas: Alínea, 2012.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500 - 1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- LEITE, Sérgio Celani. *Educação rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Minas Gerais. Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. *A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão*. 258 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889 - 1930)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990. v. 9. p. 259-292.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- SILVA, Lourdes Helena da; et. al; A educação no meio rural: revisão da literatura. In. BOF, Alvana Maria (Org.). *A educação no Brasil rural*. Brasília: INEP, 2006, p. 69-137.
- SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In. SAVIANI, Dermeval; et al. *O legado educacional do século XIX*. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 33-84.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional 1889-1937. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 -1930)*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1997. (História geral da civilização brasileira.) v. 8. p. 76-99.

Notas

¹ O texto foi construído a partir de uma pesquisa maior desenvolvida em nível de doutorado no interior do Grupo de Pesquisa em História do Ensino Rural (GPHER) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), sob orientação da Profa. Sandra Cristina Fagundes de Lima. A tese defendida em março de 2013 traz como título: *Organização do ensino rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899 – 1911)*. Contou com financiamento da FAPEMIG e da CAPES. A tese, em sua íntegra, encontra-se disponível em: <http://www.btdt.ufu.br>

² Universidade do Estado de Minas Gerais/Campus Belo Hte. (UEMG); josemirbh@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Uberlândia (UFU); sandralima@ufu.br

⁴ Embora na República os municípios e os distritos compusessem a essência da base territorial, a lei 281, de 16 de setembro de 1899 estabeleceu nova divisão do Estado utilizando-se do termo comarca para a configuração das Circunscrições Literárias. Dessa forma diversas comarcas constituíam-se uma Circunscrição. Nessa pesquisa utilizamos, portanto os termos comarca, municípios e distritos por considerarmos importantes as diversas denominações adotadas no contexto histórico em questão, tal qual nas fontes pesquisadas.

⁵ “As políticas públicas são medidas voltadas para a reprodução econômica e social dos indivíduos ou da coletividade. Elas concernem às agências do governo e aos governados. As políticas públicas resultam de determinações estruturais que regulam o processo social e se expressam em medidas de educação, saúde, previdência, assistência, emprego, habitação, renda, etc. Elas podem também ser implantadas para dar cobertura a situações conjunturais, assumindo um caráter provisório e emergencial. As políticas públicas podem ser universais, ou seja, voltadas para todos os cidadãos, ou seletivas (segmentadas/pontuais), voltadas para determinados grupos sociais. O Estado é a instância fundamental de implantação e regulação das políticas públicas, ao assumir o papel de mediador entre os diversos atores presentes no processo histórico-social.” In. FIDALGO, F.S.; MACHADO, L.R. de S. (Ed.). *Dicionário da Educação profissional*. Belo Horizonte: NETE/UFMG, 2000. p. 253.

⁶ “Cabe ao Estado, por conseguinte, configurar-se minimamente no atendimento às demandas sociais e, no máximo, em relação ao controle das políticas. A educação constitui-se, nesse contexto, como responsabilidade das unidades federadas [...]” In. LIMA, A.B. de. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. In. LIMA, A.B. de (Org.). *Estado e controle social no Brasil*. Uberlândia: Composer/FAPEMIG/GPEDE, 2009. p. 26.

⁷ ROCHA, M.I.A. *Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. 210 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 65.

⁸ FARIA FILHO, L.M. de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

⁹ “As políticas educativas, em muitos casos, são resultados de conflitos, disputas, seja sobre questões partidárias, teórico-metodológicas ou simplesmente pelo poder, pela permanência em determinados postos de trabalho, pela economia de recursos e etc.” In. BARROS, Josemir Almeida. Educação do campo/rural: o Pronea e suas repercussões. In. LIMA, A.B. de; FREITAS, D.N.T. de (Org.). *Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão*. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 95.

¹⁰ ARAÚJO, J.C.S. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In. VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 239.

¹¹ RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2011. p. 143.

-
- ¹² AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A educação como política pública*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 59-60.
- ¹³ GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GREIVE, Cynthia Veiga (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 543-544.
- ¹⁴ BEZERRA NETO, Luiz. *Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil*. 221 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ¹⁵ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Relatório de Inspeção*. Inspetor. Domiciano Rodrigues Vieira. Belo Horizonte 1899. Códice SI-3958.
- ¹⁶ MINAS GERAIS. op. cit.
- ¹⁷ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2ª. Sessão ordinária da 4ª. Legislatura no ano de 1904. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904a. p. 38-39.
- ¹⁸ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2ª. Sessão ordinária da 4ª. Legislatura no ano de 1904. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904a. p. 39.
- ¹⁹ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Termo de Visita*. Inspetor Francisco Lopes de Azevedo. Queluz, 27 de junho de 1908. Códice SI-3268.
- ²⁰ MINAS GERAES. *Decreto nº 1.947, de 30 de setembro de 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 1906.
- ²¹ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro em sua 2ª. Sessão ordinária da 5ª. Legislatura no ano de 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908. p. 39-40.
- ²² DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. In. EDUCAÇÃO E PESQUISA. São Paulo, v. 30, n.1, jan./abr. 2004. p. 84.
- ²³ SILVA, Lourdes Helena; COSTA, Vânia Aparecida. Educação rural. In. PRESENÇA PEDAGÓGICA: Dicionário crítico: educação rural. Dimensão LTDA, Belo Horizonte, v. 12, n. 69, mai/jun 2006. p. 64.
- ²⁴ COSTA, Vânia Aparecida. *Práticas de leitura em uma sala de aula da Escola do Assentamento: Educação do Campo em construção*. 250 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 31.
- ²⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 24.
- ²⁶ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. *Termo de Visita*. Professora Maria José Augusta dos Santos. Raposos, 15 de março de 1908. Códice SI-3281.
- ²⁷ MINAS GERAES. *Lei 281, de 16 de setembro de 1899*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 1899.
- ²⁸ NARODOWSKI, Mariano. *Infancia y poder: la conformación de la pedagogia moderna*. Buenos Aires: Aique, 1999. p. 189.
- ²⁹ BARROS, Josemir Almeida. *Organização do ensino rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899 – 1911)*. 349 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

Recebido em abril-13

Aprovado em maio-13